

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
|--|--|-------|----------------------|
| A BUROCRACIA SINDICAL CUTISTA NO GOVERNO LULA DA SILVA (2003-2006) | | | |
| AUTOR | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO) | Sigla | Vínculo |
| Rodrigo Dias Teixeira | Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ | Professor Substituto |
| RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| A CUT (Central Única dos Trabalhadores) percorreu um conflituoso e intenso caminho na construção ativa de um novo consenso social-liberal liberal a partir da segunda metade da década de 1990. Com a chegada do "companheiro" Lula da Silva à presidência da República, a burocracia sindical que controlava a Central ascendeu a postos-chaves do Executivo Federal, atuando como fração subordinada no interior do novo bloco de poder. | | | |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3) | | | |
| Burocracia Sindical – CUT – Governo Lula da Silva | | | |
| ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| The CUT (Unified Workers' Central) came a confrontational and intense way in the active construction of a new liberal social -liberal consensus from the second half of the 1990s with the arrival of " companion " Lula da Silva for the presidency , the union bureaucracy that controlled Central amounted to key positions of the Federal Executive , acting as a subordinate fraction inside the new power bloc. | | | |
| KEYWORDS (ATÉ 3) | | | |
| CUT – Governo Lula da Silva – Burocracia | | | |
| EIXO TEMÁTICO | | | |
| Poder, Estado e luta de classes | | | |

A burocracia sindical cutista no governo Lula da Silva (2003-2006)

Com o objetivo de analisar a participação de ex-dirigentes da CUT no Executivo Federal, realizamos uma pesquisa sobre suas trajetórias. As pesquisas existentes sobre o tema, apesar de importantes para agregarmos ao todo da análise, realçavam a incorporação de ex-sindicalistas aos cargos no Governo, porém com critérios pouco claros sobre sua organicidade no movimento sindical, isto é, se eram dirigentes de fato quanto atuaram no movimento sindical, ou apenas filiados, e se fossem dirigentes, se o eram em escala nacional, estadual ou regional, etc. Assim, ao invés de ir ao Governo Lula e mapear seus dirigentes no alto escalão, fizemos o processo inverso: fomos até a CUT, e buscamos mapear a trajetória dos dirigentes que tiveram um peso importante no seu processo de fundação e consolidação. Para isso, mapeamos, através de uma variada gama fontes (Diários Oficiais, Revistas, Jornais, Deliberações de Congresso, Artigos, materiais produzidos pelos sindicatos, sítios de internet, dentre outros), a trajetória de 185 dirigentes sindicais, tanto no movimento sindical, como também em sua participação na sociedade política, seja em conselhos de administração de empresas, conselhos deliberativos de fundos públicos, fundos de pensão, etc, seja ocupando cargos no legislativo ou executivo, compondo o quadro de: 1) Toda a Direção Nacional e Executiva Nacional eleita como Comissão Nacional Pró-CUT (1981); 2) Toda a Direção Nacional e Executiva Nacional eleita no I CONCLAT (1983); 3) Toda a Executiva Nacional eleita no I CONCUT (1984); 4) Toda a Executiva Nacional eleita no II CONCUT(1986); 5) Toda a Executiva Nacional eleita no III CONCUT (1988); 6) Toda a Executiva Nacional eleita no IV CONCUT (1991)¹. Devido a impossibilidade realizar o levantamento de toda a trajetória de todos os dirigentes nacionais cutistas, pois esta pesquisa é feita apenas por uma pessoa, sendo a análise destas fontes uma tarefa complementar a pesquisa como um todo (não sendo, portanto, sua única fonte de análise), utilizamos como critério para a realização deste levantamento a busca pela trajetória daqueles dirigentes sindicais que tiveram um peso histórico na fundação e consolidação da CUT como Central Sindical, isto é, de forma ampla, seus “fundadores”, que construíram-na nos seus primeiros 10 anos de vida. Acreditamos não deveríamos classificar como “fundadores” apenas aqueles que foram eleitos na Comissão Nacional pró-CUT em 1981, na medida em que a trajetória seguinte de Congressos seria determinante para a consolidação da Central. Caso a pesquisa tivesse sido feita sobre todo o período anterior ao Governo Lula da Silva os dados seriam ainda mais

¹ Para efeito de comparação da amplitude deste levantamento, a pesquisa realizada pela equipe coordenada por Maria Celina D’araujo, que teve como resultado o livro “Governo Lula: contornos sociais e políticos da elite do poder”, construiu suas análises a partir da análise do perfil de 302 membros.

impactantes, mas isto não era possível de ser realizado no momento². Este levantamento, portanto, não abarca a totalidade dos sindicalistas referenciados na CUT, que estavam presentes nos sindicatos municipais/locais, estaduais e nacionais, federações e confederações, oposições sindicais, dentre outros, mas os dirigentes nacionais eleitos para os cargos de direção na Central no seu momento de fundação e consolidação, isto é, os mais altos dirigentes que a conduziram na sua fundação e primeira década de vida. Todo o levantamento feito encontra-se sistematizado em anexo incluso.

A chegada de grande parte de ex-dirigentes Cutistas ao Executivo Federal não foi construída “da noite para o dia”: uma importante gama de sindicalistas provenientes desta tradição já tinham alçado voo para a sociedade política, construindo um importante elo de ligação entre a CUT e a o Estado nos mais diversos âmbitos, seja com através da eleição de parlamentares que realizaram sua trajetória no movimento sindical, seja com a participação de ex-dirigentes na gestão nos mais diversos níveis do aparelho institucional. Na perspectiva da eleição do “companheiro” Lula da Silva, e posteriormente durante seu mandato, a CUT iria mobilizar todo as suas ramificações no interior da sociedade política em prol do “seu” governo, sendo este elo um dos principais pilares tanto da eleição quanto do apoio ativo em prol da gestão que estava em curso. Ao lado do crescimento dos aparatos no interior da burocracia civil própria do sindicalismo, a burocracia sindical também tinha seu poder de influência e participação no interior da burocracia governamental em diversos níveis, ou seja, o processo de intercessão da burocracia sindical cutista com a burocracia estatal não se iniciou do Governo Lula da Silva, mas sendo o novo Governo um novo momento desta simbiose. Mais do que ser “cooptada” pelo Governo Lula da Silva, a burocracia sindical que controlava a CUT teve nele um mais novo momento na conquista de aparatos e ampliação de poder político, no interior da sua trajetória de consolidação como uma nova burocracia sindical.

Analisando a totalidade da pesquisa realizada, chegamos aos seguintes dados sobre participação destes “fundadores” no poder Executivo no primeiro escalão das mais diversas esferas. A tabela foi formada levando em consideração tanto cargos ocupados simultaneamente, quanto também quando um mesmo ex-dirigente sindical veio a ocupar mais de um cargo em sua trajetória:

² Exemplos de casos que ficaram foram de nossa análise são José Eduardo de Barros Dutra, que foi suplente da direção nacional da CUT entre 1986 e 1991, e tornou-se Presidente da Petrobrás no Primeiro Governo Lula da Silva, ou Luiz Marinho, presidente da CUT entre 2003 e 2005, e depois Ministro do Trabalho do Governo Lula da Silva 2005-2006, que não se encontram no espectro de análise deste estudo seja por cargos de menor relevância que compuseram, seja pelo período escolhido para levantamento dos dados não abarcarem suas trajetórias.

Quadro 1 - Participação dos Fundadores da CUT (1981-1991) no primeiro escalão do Executivo – divisão por tipo de cargos

| Tipo de Cargo | Número de cargos ocupados |
|---|----------------------------------|
| Presidente da República | 1 |
| Ministros | 4 |
| Presidentes de Fundações, Bancos e Empresas Públicas Federais | 6 |
| Governadores | 3 |
| Prefeitos | 6 |
| Secretários Estaduais | 12 |
| Secretários Municipais | 15 |

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Dias. A burocracia sindical cutista e o Governo Lula da Silva: a consolidação do social-liberalismo no Brasil. Anexo 1

Podemos perceber que os fundadores da CUT tiveram uma importante participação no Executivo estatal, ocupando cargos em mais diversas esferas do aparelho. A quantidade de governadores que foram membros da executiva da CUT nos seus primeiros dez anos é relevante, em especial do ponto de vista da Central. Se ex-dirigentes tiveram um peso nas escolhas eleitorais do PT, com seus resultados tendo como característica seu passado no movimento sindical e apoios conseguidos no interior da estrutura sindical, por um lado, por outro, a interferência desse movimento para com a Central, era ainda mais determinante. Tendo em vista, os cargos de Ministro do Governo Federal, como também o próprio Presidente, é importante destacar a presença destes quadros nas altas esferas da sociedade política a partir do PT, tendo o setor que atuava ao lado de Lula da Silva na formação e consolidação da CUT peso relevante. Vejamos a participação no

âmbito legislativo. A tabela foi formada levando em consideração tanto cargos ocupados simultaneamente, quanto também quando um mesmo ex-dirigente sindical veio a ocupar mais de um cargo em sua trajetória:

Quadro 2 - Participação dos fundadores da CUT (1981-1991) no legislativo (1981-2006)

– por tipos de cargos

| Tipo de Cargo | Número de cargos ocupados |
|----------------------|----------------------------------|
| Senadores | 2 |
| Deputados Federais | 17 |
| Deputados Estaduais | 7 |
| Vereadores | 13 |

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Dias. A burocracia sindical cutista e o Governo Lula da Silva: a consolidação do social-liberalismo no Brasil. Anexo 1

Através da tabela, verificamos a importância dos fundadores da CUT na disputa institucional também no âmbito legislativo, em especial nos cargos de Deputado Federal. Nesta esfera, tiveram peso os deputados constituintes, eleitos em 1986, tendo como líder de bancada na época o próprio Lula da Silva. Estes deputados constituintes vieram a disputar cargos posteriores, como também outros ex-sindicalistas que se elegeram para outros cargos, como Vereadores ou deputados estaduais, criando, portanto, uma verdadeira carreira profissional no interior da sociedade política. Muitos dos eleitos para o legislativo disputariam posteriormente cargos para os Executivos estaduais ou municipais, ampliando o seu peso institucional e controle sobre uma maior fatia do orçamento público, como também conquistando um forte crescimento no controle da quantidade de cargos de livre nomeação. O peso do passado sindicalista na CUT foi determinante na eleição destes ex-dirigentes, como também na influência que viriam a ter nos rumos do PT em prol de uma política voltada diretamente ao sucesso eleitoral como seu principal objetivo. As “bases sindicais” eram educadas para se tornar, progressivamente, “bases eleitorais” em prol da eleição de novos parlamentares do PT, e posteriormente, “base de sustentação” no interior da sociedade civil do Governo Lula da Silva. A relação entre o conjunto dos trabalhadores que se referenciava na CUT e seus dirigentes tinha deslocado seu sentido mais fundamental, de uma relação de cooperação e auto-

organização da classe, para uma relação entre desiguais, na qual os dirigentes indicavam os votos nos ex-dirigentes como solução para os problemas no interior de cada ramo, realçando uma lógica corporativa tanto da luta sindical, quanto da política mais geral.

Se nem todos os ex-dirigentes que vieram a disputar cargos na sociedade política eram da burocracia cutista, grande parte dos setores que compunham a burocracia vieram a acessar novos espaços de poder pela sociedade política. Outros, tiveram trajetórias distintas, não compondo a burocracia sindical em um primeiro momento, mas se adequando a sua lógica e caminho de forma progressiva. Daqueles que vieram a se tornar Deputados Federais, por exemplo, temos como exceção *Cyro Garcia*, ex-Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, membro efetivo da Direção Nacional da CUT (1984 - 1986); Suplente da Executiva Nacional (1986 - 1988); Diretor Executivo (1988 - 1994), que veio a se tornar Deputado Federal em 1993, mas não era vinculado ao setor da Articulação Sindical que controlava as mais diversas esferas dos aparatos cutistas. *Olívio de Oliveira Dutra*, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Membro da Comissão Executiva Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT (1981); Membro da Executiva da Comissão Nacional Pró-CUT (1981 - 1982); Membro da Direção Nacional (1983 - 1984); Membro Efetivo da Direção Nacional (1984 - 1986); Membro Suplente da Direção Nacional (1986 - 1988), e que veio a se tornar, além de Deputado Federal Constituinte (1987-1988), 1989-1993 - Prefeito de Porto Alegre (PT), 1999-2003 - Governador do Rio Grande do Sul (PT) e Ministro das Cidades (2003-2005) no Governo Lula da Silva, era da “Articulação Sindical”, mas teve uma passagem não tão calcada na relação com o seu núcleo duro.

Como membros de um setor que veio a compor de forma tardia o elo de apoio a burocracia sindical, temos *Miguel Rossetto*, que compôs o setor CUT pela Base que posteriormente veio a fundar a CSD (Cut Socialista e Democrática), setor ligado a corrente “Democracia Socialista” do PT, que compuseram em grande parte de sua trajetória o setor de oposição na Central, mas que especialmente após o Governo Lula da Silva, tornaram-se aliados de primeira ordem da “Articulação Sindical”, reordenando seus eixos políticos. Miguel Rosseto é proveniente do Sindicato dos Petroquímicos do Rio Grande do Sul, tendo sido Secretário de Política Sindical da CUT (1991 - 1994), e além de Deputado Federal (PT-RS), veio a ser Vice Governador-RS – Gestão Olívio Dutra (PT), e Ministro de Desenvolvimento Agrário – Governo Lula da Silva (PT).

Já os núcleos da burocracia sindical cutista, que tinham na Articulação Sindical seu setor dirigente, se fortaleceram do ponto de vista da disputa da sociedade política, principalmente partir de São Paulo, tendo “pontas” de atuação também em outros Estados, e que tinham, através das relações no movimento sindical, pontes que vieram a ser fortalecidas com o Governo Lula da Silva. Como membros deste núcleo dirigente que se tornaram deputados federais, temos, além do próprio *Luiz Inácio Lula da Silva*, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo

e Diadema, Membro da Comissão Executiva da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT (1981); Membro da Subcomissão de Finanças da CEN da CONCLAT (1981); Membro da Executiva da Comissão Nacional Pró-CUT (1981 – 1982), Deputado Federal Constituinte (PT-SP) (1987-1988) e Presidente da República (PT) (2003-2010), *Jair Antonio Meneguelli*, ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e na CUT, Coordenador-Geral (1983 - 1984), e Presidente (1984 - 1994), sendo Deputado Federal (PT) entre 1994-2002, e depois, Presidente do Conselho Nacional do SESI (Nomeado por Lula da Silva) (2002 – 2006), *Vicente Paulo da Silva*, o Vicentinho, também ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema/SP, e na CUT, Suplente da Direção Nacional (1984 - 1988), Membro efetivo da direção nacional (1986 - 1988), Membro efetivo da direção nacional (1988 - 1991); Diretor Executivo (1991 - 1994) e Presidente (1994 - 2000), sendo Deputado Federal (PT-SP) entre 2002-2006. A burocracia sindical cutista também teve importantes pontas em outros Estados, que foram fundamentais inclusive na disputa interna do PT com as correntes de oposição a “Articulação” e expandiram sua força pelo país, como *Jorge Ricardo Bittar*, proveniente do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, Membro da Comissão Executiva da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT (1981); Membro da Executiva da Comissão Nacional Pró-CUT (1981 - 1983); Secretário de Divulgação da Comissão Nacional Pró-CUT (1982 - 1983) Suplente da Direção Nacional (1984 - 1986), tendo sido, além de Candidato a Governador do Rio de Janeiro (1990 e 1994), Vereador do Rio de Janeiro (1992-1998), Secretário de Planejamento do Estado do Rio (1999-2000) – Gestão Antony Garotinho (PDT), e Deputado Federal (PT) (1998 -1999; 2002-2006), e *Francisco Domingos dos Santos*, o “Chico Vigilante”, ex-presidente da Associação dos Vigilantes do DF / CUT - Membro da direção Nacional (1983 - 1986); Membro efetivo da direção nacional (1986 - 1991), e Deputado Federal (PT) (1990-1998), além de ter sido Deputado Distrital entre 2002-2006. No Rio Grande do Sul, ainda, destacam-se *José Fortunati*, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região, suplente da direção nacional (1983 - 1984); Vice-presidente da região Sul (1986 - 1988); Membro efetivo da direção nacional (1988 - 1991), que foi Deputado Federal (PT-RS) entre 1990-1998, Vice-Prefeito de Porto Alegre, saindo do PT e indo para o PDT em 2002, sendo eleito posteriormente Prefeito daquela cidade, e *Paulo Paim*, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, e na CUT, Secretário (1983 - 1984); Secretário Geral (1984 - 1988), vindo a se tornar Deputado Federal (PT-RS) entre 1986 e 2002, e Senador (PT-RS) após 2003, sendo os dois os maiores expoentes da fundação da CUT no Estado. Enfatizamos que estes nomes que destacamos aqui não representam a totalidade do ex-dirigentes que vieram da burocracia sindical cutista que tiveram participação na sociedade política, mas alguns dos seus principais dirigentes, que através dessa relação fortaleceram seu poder político e ampliaram os seus espaços de atuação.

Além disso, um importante número de dirigentes se mantiveram no controle dos mais altos postos do aparelho cutista, construindo a relação da burocracia sindical com a sociedade política também como articuladores, tendo destaque também neste papel *Jacó Bittar*, proveniente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, Membro da Executiva da Comissão Nacional Pró-CUT (1981 - 1982) Membro da Executiva Nacional (1983 - 1984); Secretário de Relações Internacionais (1984 - 1988), tornando-se Prefeito de Campinas (PT) entre 1988-1991, e depois ingressou no PSB, também sendo entre 2003-2006 Conselheiro do Petros e representante do Petros no Conselho de Administração da controladora da Brasil Telecom Solpart, *Gilmar Carneiro*, ex-Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, e na CUT, Membro da executiva nacional (1983 - 1984), Secretário de imprensa e divulgação (1984 - 1988), Secretário-geral (1988 - 1994), Coordenação Nacional da ADS/CUT, Diretor do Dieese, Diretor da Fundação Projeto Travessia (Parceria entre Sindicato dos Bancários de São Paulo, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, APEOESP, Associação Viva o Centro, Bradesco, Banco Fibra e a Pires Serviços de Segurança), além de Representar a CUT no Conselho de Administração do BNDES, e ser membro do Conselho Nacional de Economia Solidária no Governo Lula (2003-20006), *Jorge Lorezetti*, ex-membro da Associação Brasileira de Enfermagem, e na CUT, Suplente na direção nacional (1983 - 1984); Suplente regional do sul (1984 - 1986); Secretário de formação Nacional (1986 - 1994), sendo o grande responsável pelas articulações na Secretaria Nacional de Formação (SNF) que possibilitaram a execução de cursos de formação profissional a partir de 1994, além de ter sido assessor da Campanha Lula Presidente, e posteriormente entre 2005-2006– Diretor de Administração do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), e *Delúbio Soares*, proveniente do Centro de Professores de Goiás, ex-presidente da CUT Goiás (1984-1987), Membro da Direção Nacional (1983 - 1984); Vice-Presidente da Região Centro-Oeste (1984 - 1986); Membro efetivo da Direção Nacional (1986 - 1988) – Secretário de Política Sindical; Tesoureiro (1988 - 1993) e Diretor Executivo (1993 - 1994), além de ter sido o Representante da CUT no CODEFAT entre 1994-2001 e Presidente do CODEFAT entre 1997-1998.

A relação de complementariedade entre a luta sindical e a luta política mais ampla, que foi uma das marcas do Partido dos Trabalhadores, viria pouco a pouco a se transformar no seu inverso, numa relação de subordinação da luta sindical à eleição de parlamentares, prefeitos e governadores, chegando então a eleição do “seu” presidente. A CUT consolidava o seu papel como um aparato à serviço da burocracia sindical cutista, na medida também em que era também vetor de uma despolitização da própria política, divulgando no interior dos trabalhadores a ideia de que as diferenças não se davam mais no âmbito do conflito entre as classes, e de que as candidaturas nas eleições gerais não simbolizavam o antagonismo entre aqueles que defendiam a manutenção da ordem capitalista, e aqueles que defendiam a sua superação, mas entre diferentes níveis de

compromisso com os “mais necessitados”, entre aqueles que não tinham relação com o povo, e aqueles que vinham do próprio povo, e por isso sentiriam na pele suas dores e defenderiam a melhoria de sua vida. A despolitização da política era uma grande política que servia aos interesses das classes dominantes, deslocando ainda mais o senso comum a seu favor, sendo um dos vieses no qual a burocracia sindical atuava, de forma ativa, na consolidação da hegemonia social-liberal no período.

Analisando as diversas direções e executivas que foram conformadas na Central, podemos perceber, ano a ano, o aumento da participação de ex-dirigentes em cargos eletivos, tanto do legislativo quanto do executivo. Ao analisar o executivo, levamos em consideração também a participação de ex-dirigentes nas suas diversas esferas, como conselhos de administração de empresas, conselhos deliberativos de fundos públicos, fundos de pensão, dentre outros. Levando em consideração a participação no Executivo estatal, ao analisarmos a Direção Nacional Pró-CUT, que era mais ampla e tinha a participação de mais representantes vindos das bases dos sindicatos, percebemos que a participação de seus ex-dirigentes que foram alçados a esse tipo de cargos foi o menor, na ordem de 30% (apesar deste ser um número bem expressivo). Na medida em que passamos a análise das Executivas da CUT, ano após ano, percebemos que a quantidade de seus ex-dirigentes que foram participar de cargos no Executivo foi cada vez maior, chegando ao auge na Executiva eleita no III CONCURTO, de 1989, a qual 73,33% tiveram em sua trajetória posterior à Central a participação em cargos nas mais diversas esferas do Executivo, seja municipal, estadual ou federal, em sua grande maioria em cargos de primeiro escalão ou de direção. Ou seja, 7 em cada 10 membros dessa Executiva da CUT saíram do movimento sindical e foram construir suas trajetórias no interior do aparelho estatal, conduzindo sua relação posterior com a Central a partir deste movimento, que tinha mão dupla: ao mesmo tempo em que estes ex-dirigentes seriam “representantes” do movimento, por outro lado, sua influência nos rumos deste mesmo movimento eram determinantes.

Progressivamente, em especial no âmbito do Executivo, os ex-dirigentes, mais do que representar os interesses de classe daqueles que atuaram no movimento sindical, se tornariam parte de um projeto de poder mais amplo, a serviço de uma burocracia que, partindo do movimento sindical, se consolidaria na conquista dos mais diversos níveis da estrutura hierárquica do estado burguês, na condução de volumes de capital cada vez maiores, via Estados e fundos de pensão. A concepção social-liberal de sindicalismo, a partir do momento que chegava a novas estruturas hierárquicas do Estado, consolidava a hegemonia social-liberal propriamente dita, garantindo o coesionamento entre sociedade civil e sociedade política. A Articulação Sindical atuava como um intelectual coletivo que soldava esta unidade entre a sociedade civil e o Estado em prol da

hegemonia burguesa e de seu projeto político, coesionando a burocracia sindical. Vejamos, então, a participação dos fundadores da CUT no Executivo:

Quadro 3 - Participação dos fundadores da CUT (1981-1991) no Executivo (1981-2006), por membros de cada direção eleita – em porcentagem %

| Direção eleita | Participação no Executivo |
|---|---------------------------|
| Direção Nacional - Comissão Nacional Pró CUT (1981) | 30,76% |
| Executiva - Comissão Nacional Pró CUT (1981) – | 34,78% |
| Executiva I CONCLAT (1983) | 33% |
| Executiva I CONCUT (1984) | 46,66% |
| Executiva II CONCUT (1986) | 60,00% |
| Executiva III CONCUT (1989) | 73,33% |
| Executiva IV CONCUT (1991) | 56% |

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Dias. A burocracia sindical cutista e o Governo Lula da Silva: a consolidação do social-liberalismo no Brasil. Anexo 1

Pode-se perceber na tabela claramente uma tendência de crescimento da participação do ex-dirigentes no Poder Executivo anos após ano, o que indicaria que, apesar do peso fundamental do setor fundador na participação posterior nos cargos eletivos via PT, existiu progressivamente uma combinação entre a atuação nos cargos de direção da CUT e posterior participação na gestão estatal. É preciso avançar mais na investigação na combinação entre a atuação sindical e disputa eleitoral se tornou não apenas uma tendência no interior da CUT, mas uma política decidida de antemão, isto é, se a burocracia sindical já tinha como seu projeto de poder a eleição de novos parlamentares na medida em que elegia novas direções na Central sindical. Nossa hipótese é que

esta simbiose entre o poder político da burocracia sindical via controle dos aparatos, financiamentos públicos e convênios, e a disputa da gestão do Estado através das eleições como mais um momento de consolidação da burocracia cutista, que deixaria de ser meramente sindical para tornar-se uma burocracia política. A síntese das pesquisas em torno da CUT e do PT são ainda um importante desafio, isto é, em que medida não apenas o PT influenciava os destinos da CUT, mas também o caminho inverso, sobre a importância dos grupos que, partindo de sua atuação no movimento sindical e do poder político advindo desse, conseguiram controlar o PT e decidir seus rumos, ampliando seu poder através da conquista de cargos e controle sobre orçamentos cada vez maiores.

A maioria daqueles que tiveram cargos de direção na Central vieram a atuar na sociedade política. Se quase 40% dos ex-dirigentes que compuseram a comissão nacional Pró-CUT em 1981 vieram a ter cargos seja no Executivo ou legislativo, esta porcentagem aumenta ano após ano, chegando o seu ápice no III CONCURTO (1989), com a participação de 86,6% de seus ex-dirigentes na sociedade política. A partir de 1983, no mínimo 60% de seus ex-membros vieram a ter cargos no Executivo ou legislativo. Se ainda precisamos avançar na pesquisa em torno da influência do peso eleitoral deste setor no PT, no interior da CUT podemos avaliar que progressivamente o movimento sindical se subordinava as eleições, tendo-a como um dos seus mais importantes fins. Agora, além de serem poucos aqueles que continuavam “no chão da fábrica” após terem chegado aos cargos de dirigentes no interior do sindicalismo cutista, pois sua maioria descolava-se do cotidiano da vida do trabalhador através da especialização da função de “sindicalista” com licenças sindicais em seqüências e novos patamares de vida, muitos também sequer voltavam a ser meros “sindicalistas”, reaproximando-se dos sindicatos apenas como meio de sustentação eleitoral.

Após chegarem em certo nível hierárquico no interior da burocracia sindical, estes dirigentes não se contentavam em nela continuar, buscando alçar voo rumo aos cargos eletivos gerais. A trajetória como sindicalista tornava-se uma marca que legitimava a biografia do futuro candidato e possibilitaria a conquista de um número certo de votos, com poucos destes “ex-sindicalistas” voltando a trabalhar no seu ramo de origem ou atuando na luta sindical. A tendência pela busca por mais aparatos e formas estáveis de manutenção da reprodução de sua existência em níveis melhores à daqueles da época do “chão da fábrica” impulsionavam a burocracia sindical por novos ganhos no interior da sociedade política, sendo uma tendência comprovável na tabela abaixo:

Quadro 4 - Participação dos fundadores da CUT (1981-1991) no Executivo ou Legislativo (1981-2006), por membros de cada direção eleita – em porcentagem %

| Executiva eleita | Participação no Executivo ou Legislativo |
|--|--|
| Comissão Nacional Pró CUT (1981) – Executiva | 39,13% |
| Executiva I CONCLAT (1983) | 60% |
| EXECUTIVA I CONCUR (1984) | 73,33% |
| EXECUTIVA II CONCUR (1986) | 66,66% |
| EXECUTIVA III CONCUR (1989) | 86,66% |
| EXECUTIVA IV CONCUR (1991) | 64% |

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Dias. A burocracia sindical cutista e o Governo Lula da Silva: a consolidação do social-liberalismo no Brasil. Anexo 1

É notório, então, que os fundadores da CUT já tinham familiaridade com a sociedade política, sendo fundamentais na eleição de Lula da Silva como presidente da República. Estes iriam ter importantes cargos de direção no Executivo Federal após a eleição de seu “companheiro”. Grande parte daqueles ex-sindicalistas que vieram a compor o Governo Lula da Silva já reproduziam sua força de trabalho pela lógica da burocracia, seja aqueles que compunham a burocracia sindical, sejam aqueles que já estavam há algum tempo no interior da disputa partidária-eleitoral em inúmeros cargos do Executivo e legislativo. Eram burocratas com importante experiência no currículo, podendo contribuir não apenas na gestão do Governo, mas também em controlar, via sua influência e poder sobre a CUT, o movimento dos trabalhadores em prol da defesa da nova gestão petista. De todos os fundadores da CUT que tiveram cargos no Executivo, 42% vieram a compor o Governo Lula da Silva. Ou seja, quase metade dos ex-dirigentes que fundaram e consolidaram da CUT e que tiveram alguma experiência no Executivo foram compor o Governo Lula da Silva.

As escolhas em torno daqueles que viriam a participar dos altos escalões do Governo Lula da Silva não foram realizadas apenas a partir da vitória eleitoral de 2002 com o objetivo de “cooptar” lideranças que poderiam ser combativas, mas tendo como importante determinante a já ampla participação que os membros da burocracia cutista detinham nas disputas no interior da sociedade política, da conquista de espaços e votos realizadas por esses, como também seu aspecto técnico constituído com a experiência realizada em gestões anteriores no aparelho estatal. Como

fundador e ex-dirigente do movimento sindical, Lula da Silva atuava de forma ativa sobre este grupo, dialogando com seus membros a partir de seus interesses, na medida em que se consolidava a burocracia sindical no interior da sociedade civil. Aqueles que chegaram a compor o Governo Lula da Silva a partir da burocracia sindical tiveram, em geral, como característica: 1) Participação anterior na sociedade política, especialmente no Executivo, mas também no legislativo, demonstrando experiência na “lógica” da política burguesa e da gestão do Estado; 2) Tinham experiência na disputa eleitoral, sendo muitos deles importantes “cabos eleitorais”, como também coordenadores de campanha nos mais diversos níveis; 3) Conformavam o “núcleo duro” da direção da burocracia sindical, a “Articulação Sindical”, em especial o grupo de fundadores que atuou diretamente com Lula da Silva; 4) Tinham a possibilidade de influenciar diretamente nos rumos do movimento a partir de cima, controlando seus rumos e apaziguando possíveis rotas de colisão por dentro da sociedade civil.

No Governo Lula da Silva, a burocracia sindical que controlava a CUT ampliou sua participação não apenas nos fóruns “tripartites” e de pacto social, mas também na condução direta de áreas estratégicas do aparelho estatal, através da indicação de importantes ex-dirigentes para cargos de alto escalão. *Jacques Wagner*, escolhido como Ministro do Trabalho, atuou no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica (Sindiquímica) da Bahia, do qual foi diretor e presidente de 1987 a 1989. Foi um dos fundadores do PT e da CUT no estado, *Ricardo Berzoini*, escolhido como Ministro da Previdência, foi o primeiro presidente da Confederação Nacional dos Bancários, CNB-CUT (1992-1994), coordenou a Executiva Nacional dos Bancários, São Paulo/SP (1991-1997) e presidiu o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (1994-2000), além dos já citados, que ou não participaram ativamente da burocracia sindical cutista, como *Olivio Dutra*, Ministro das Cidades, teve longa trajetória militante no Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul, sendo eleito presidente da entidade em 1975, ainda na Ditadura Militar, sendo Fundador do PT e da CUT no Rio Grande do Sul, e *Miguel Rosseto*, Ministro do Desenvolvimento Agrário, foi Secretário de política sindical da CUT (1991-1994), que compunha uma corrente que aderiu de forma tardia a burocracia cutista. Além disso, outras áreas de direção do aparelho estatal, como a Presidência da Petrobras, com *José Eduardo Dutra*, Geólogo da empresa de 1983 a 1990 e presidente do Sindicato dos Mineiros do Estado de Sergipe (Sindimina) no período de 1989 até 1994 e dirigente nacional da CUT (de 1988 até 1990) e a secretaria de comunicação social (que tinha o status de ministério), composta por *Luiz Gushiken*, Vice-Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo (1979 a 1983) e depois Presidente (1984 a 1986) também tiveram em suas direções ex-sindicalistas que vieram da CUT. As posteriores mudanças dos membros nos cargos não refletiram uma reorientação na forma de escolha, como exemplifica a posse de *Luiz Marinho* como Ministro do Trabalho em 12 de julho de 2005, eleito pela primeira vez Presidente do

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 1996, cargo para o qual foi reeleito mais duas vezes (1999-2002 e 2002-2003) e em 7 de junho de 2003, eleito presidente da CUT, deixando a Central para ocupar o Ministério.

Dos ministros petistas indicados ao Governo Lula da Silva, 30% eram ex-dirigentes da CUT. Se somarmos a participação do próprio presidente, como também a direção da Petrobrás e a secretaria de comunicação social, perceberemos que o peso dos ex-dirigentes da CUT, especialmente os provenientes da burocracia sindical cutista, na direção política do Governo Lula da Silva não era desprezível.

Segundo as pesquisas coordenadas por Maria Celina de Araujo (D´ARAÚJO, 2009; D´ARAÚJO, 2007), o peso de ex-sindicalistas no Governo Lula da Silva era bem maior do que a média da assim chamada “Nova República”. Apesar da pesquisa não ser muito criteriosa do ponto de vista da trajetória dos ex-dirigentes que vieram a ocupar os cargos, além de confundir taxa de sindicalização com militância sindical (como se todos aqueles que vieram a ocupar cargos no Governo Lula da Silva que fossem filiados a algum sindicato tivessem tido alguma trajetória no movimento sindical), ela pode nos dar subsídios adicionais a nossa análise. Os dados sistematizados pela autora mostram que 26,2% (D´ARAÚJO, 2009. p.118) com status de ministro durante todo o mandato Lula da Silva tinham algum vínculo sindical; se formos levar em consideração a participação numa central sindical, o número seria de 21,9% (não está claro na pesquisa, entretanto, que esta participação era exclusiva de ex-dirigentes cutistas). A pesquisadora também fez um levantamento sobre 1150 cargos que comporiam a “elite dirigente” do Governo, sendo divididos pelas siglas DAS-5, DAS-6 e NES. Os DAS – Direção e assessoramento Superior - foram criados no âmbito da reforma administrativa realizada pelo governo do ditador Castello Branco, em 1967 (D´ARAÚJO, 2007. p.7) e compunham o grosso da base de dados num total de 1087 nomes, enquanto os cargos de Natureza Especial do Poder Executivo (NES), que foram criados no governo Collor de Mello, eram um total de 63. Estes cargos, ao lado dos Ministros e do Próprio Presidente, seriam os de maior peso político no Executivo Federal. Para termos uma ideia da proporção desta “elite” sobre o todo, o total de cargos de confiança e de gratificação do Governo Federal era em torno de 80 mil nomes (D´ARAÚJO, 2009. p.9) .

É importante destacar, ainda, que este entendimento sobre os cargos DAS 5 e 6 e NES como de “instancias gerenciais” teve como marco a reforma administrativa operada por Bresser Pereira, quando era Ministro da Administração e Reforma do Estado, em 1995:

“O Ministro Bresser-Pereira afirmava, no *Plano diretor do aparelho de reforma do Estado*, documento que foi publicado em 1995 e que orientaria as políticas de gestão pública estatal elaboradas no governo Fernando Henrique Cardoso, que “o sistema de DAS’s é um passo na direção de uma administração pública gerencial”, devido a estrutura de provimento flexível, que possibilita seus titulares sejam recrutados entre quadros estratégicos do setor

privado ou mesmo quaisquer funcionários públicos com competências para o desempenho de funções de direção. (D'ARAUJO, 2009. p.15)”

O Governo Lula da Silva manteve a lógica geral de distribuição, função e hierarquização dos cargos da reforma de Bresser, modificando apenas quais seriam os responsáveis pela sua nomeação, centralizando, aparentemente, grande parte dos cargos sob comando da Casa Civil³. Levando em consideração o total da amostra levantado, 45% dos membros dos DAS-5 e 6 e NES eram sindicalizados, e 10,6% tiveram alguma participação em alguma central sindical. Se não podemos colocar um sinal de igual entre a porcentagem de sindicalizados e sindicalistas, como se todos aqueles que tivessem sido filiados a algum sindical fossem do movimento sindical em sua origem, a porcentagem sobre a participação em Central Sindical nos é de maior interesse, tendo em vista que, no geral, para chegar atuar numa Central, o militante tinha maior organicidade, mesmo que fosse apenas para participar dos Congressos. Entre aqueles que ocupavam os cargos comissionados situados e que eram filiados ao PT, a porcentagem era ainda maior: 75% eram sindicalizados, e 36,7% tiveram participação em uma Central Sindical (D'ARAUJO, 2007. p. 44-45).

Entretanto, ao contrário do que dá a entender a autora e uma série de artigos e análises divulgadas pela imprensa grande, não devemos, ao analisar estes números, supor que o Governo Lula da Silva se tratava de uma “república sindicalista”, na qual os militantes que tiveram uma trajetória no movimento dos trabalhadores o dominariam. O Governo teve importante participação de ex-membros da burocracia sindical que controlava a CUT, mas sua função primordial era a de controlar e apaziguar o movimento sindical, e não dar um perfil “sindicalista” ou “de esquerda” ao governo, tendo como pressuposto garantir a legitimidade social necessária para aplicar o ajuste social-liberal, viabilizando de forma ativa o consenso que solidificava a hegemonia capitalista no período. Sendo dirigidos intelectual e moralmente pela burguesia desde sua trajetória anterior no movimento sindical, os ex-dirigentes que compunham o Governo Lula da Silva que tiveram origem na burocracia sindical cutista continuaram a defender o programa social-liberal, de forma coerente com sua trajetória na sociedade civil, articulando, através da sua função como dirigentes, estes dois níveis da superestrutura (sociedade civil e Estado). O bloco de poder era dirigido pelo capital financeiro, formado ainda pela burguesia interna e pelos agroindustriais, sendo a burocracia sindical cutista uma fração subordinada no interior do bloco; era este bloco de poder que compunha o “núcleo duro” do Governo Lula da Silva, conduzindo suas políticas do ponto de vista estratégico, com a burocracia sindical dando amplo suporte ao seu programa social-liberal. A burocracia sindical cutista também ampliou suas benesses com a chegada ao Governo. Seus serviços foram

³ Segundo a autora, certo de 21.000 cargos ficaram centralizados sob comando da Casa Civil, ocupada na época por José Dirceu (PT). Idem, ibidem. Pág 10

remunerados também com novas transferências de dinheiro público para a CUT e sua rede de aparelhos, no interior da perspectiva de ampliação das “entidades públicas não-estatais” de formação profissional, intermediação de mão de obra, cooperativa de microcrédito e economia solidária. Estes recursos saíram de acordos com diversos aparelhos do Estado, como também através daqueles que a burocracia sindical controlava mais diretamente.

BIBLIOGRAFIA

D´ARAÚJO, Maria Celina. A elite dirigente do Governo Lula. Rio de Janeiro, CPDOC, 2009.;

D´ARAÚJO, Maria Celina. Governo Lula: contornos sociais e políticos da elite do poder. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. A burocracia sindical cutista e o governo Lula da Silva : a consolidação do social-liberalismo no Brasil / Rodrigo Dias Teixeira. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.